

Conferência vai debater exploração de adolescentes

A exploração sexual de crianças e adolescentes deverá ser um dos temas da próxima Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção das Crianças e Adolescentes, que provavelmente acontecerá na Jordânia. A informação foi prestada pela senadora Patrícia Saboya, que está em Genebra, onde participou de encontro sobre a proteção das crianças e adolescentes. Patrícia disse que poderão ser debatidos também temas como a pobreza, a fome e o tráfico de crianças.

Página 2

Maguito cobra mais investimentos na saúde pública

Ao lado do combate à corrupção, à violência e ao desemprego, o país deve encarar a situação da saúde como um de seus maiores problemas. A afirmação foi feita pelo senador Maguito Vilela, ao cobrar de prefeituras, governos estaduais e governo federal o cumprimento da obrigação constitucional de investir na melhoria e ampliação do setor. Maguito defendeu investimentos nos hospitais públicos já existentes, "para depois avançar em novas iniciativas".

Página 7

Obstrução dificulta exame da LDO hoje

A Comissão Mista de Orçamento tentará votar hoje o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. A decisão do PFL de obstruir a reunião, exigindo que o Congresso funcione durante o recesso parlamentar, pode

dificultar o exame da proposta. "Agora, a votação depende de uma solução dos problemas políticos", reconheceu o relator da LDO, Gilmar Machado. Além do PFL, a obstrução é feita também pelo PSDB e pela bancada ruralista.

Página 6



ESFORÇO Renan promete fazer o que for necessário para dar eficiência às investigações



FUSÃO Virgílio espera que a CPI dos Correios absorva a que investigará o "mensalão"



AMPLIAÇÃO Alvaro propõe que CPI dos Correios investigue também outros escândalos

Reunião de líderes define rumos das CPIs

Presidente do Senado reúne líderes para decidir que medidas deverão ser tomadas para assegurar condições de funcionamento às diversas comissões

Os líderes partidários se reúnem hoje, às 15h, com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles vão discutir providências que devem ser tomadas para assegurar às várias comissões parlamentares de inquérito (CPI) as condições necessárias para aprofundar as respectivas investigações. "O que for preciso fazer para dar eficiência à investigação, para agilizar os

resultados que a sociedade cobra, nós vamos fazer", afirmou ontem Renan Calheiros. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, sugeriu que a CPI dos Correios, que já está em pleno funcionamento, absorva a que investigará o "mensalão". O senador Alvaro Dias também propôs que se amplie o raio de ação da CPI dos Correios para investigar outras denúncias de corrupção.

Ex-dirigentes dos Correios serão ouvidos

A CPI dos Correios ouve hoje e amanhã, sempre a partir das 9h, depoimentos de ex-dirigentes da empresa estatal. Na quinta-feira, a reunião se destinará a votar requerimentos de novas convocações e quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de envolvidos nas denúncias. Segundo o presidente da

CPI, Delcídio Amaral, é possível que sejam chamados a depor na próxima semana (entre 18 e 22) ex-dirigentes do PT. Há requerimentos para que sejam ouvidos Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Genoíno, respectivamente ex-tesoureiro, ex-secretário-geral e ex-presidente do partido.

Páginas 3 a 5



TENTATIVA Gilmar Machado, Fernando Bezerra e Gilberto Mestrinho fazem esforço para que a Comissão de Orçamento examine hoje a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias



ALVO Lúcia Vânia: data será meio para chamar a atenção de todo o país para gravidade do problema

Lúcia Vânia quer dia de combate a trabalho infantil

A Comissão de Educação (CE) deve votar em agosto projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a ser celebrado anualmente em 12 de junho. Ao justificar sua proposta, ela observou que, apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos, estima-se que mais de 3 milhões de crianças e adolescentes ainda trabalhem em todo o país.

Para Lúcia Vânia, a existência oficial de um dia para combater o trabalho infantil, como o 12 de junho – que coincide com a data instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o mesmo objetivo –, representa instrumento para chamar a atenção da população e das autoridades brasileiras sobre a gravidade do problema, bem como sobre a importância do envolvimento de todos na busca de solução definitiva.

O projeto (PLS 223/05) terá apreciação em caráter terminativo na Comissão de Educação.

Patrícia sugere em Genebra debate sobre exploração sexual

■ Tema vai compor agenda de encontro de mulheres parlamentares que defendem crianças e adolescentes

A exploração sexual de crianças e adolescentes deverá ser um dos temas da próxima Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pela Proteção das Crianças e Adolescentes, que, provavelmente, será realizada na Jordânia. A informação foi prestada ontem pela senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE), que se encontra em Genebra (Suíça), onde parti-



CANAL Comitê, diz Patrícia, analisa criação de rede via Internet para debater questões ligadas à infância

cipou do 1º Encontro do Comitê de Mulheres Parlamentares para a Proteção das Crianças e Adolescentes.

Em entrevista à Rádio Sena-

do, Patrícia disse que também podem ser debatidos temas como pobreza, fome e tráfico de crianças e adolescentes. Até setembro, serão escolhidos os assuntos da agenda.

Ontem, informou a senadora, as integrantes do comitê analisaram a possibilidade de criação de rede via Internet para debater todas as questões ligadas à infância e à adolescência.

O tema da exploração sexual foi levado ao encontro pela senadora brasileira, que representa, no comitê, a América Latina e o Caribe. Segundo Patrícia, o assunto diz respeito a todos os países, ricos ou pobres. Um dos campos de ação conjunta, a

seu ver, é o combate ao turismo sexual.

A senadora relatou às demais integrantes a iniciativa, no Brasil, da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente de firmar um pacto no qual as assembleias legislativas comprometeram-se a adotar políticas conjuntas para melhorar a vida de meninos e meninas do país.

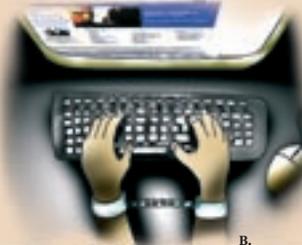
Patrícia mencionou ainda a aprovação, pelo Senado, de proposições que alteram a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas modificações permitem punir, de forma mais rigorosa, aqueles que cometerem crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Agenda

Plenário examina crimes de informática

O Plenário se reúne a partir das 14h para examinar projeto de lei que define crimes de informática. A proposta (PLC 89/03) proíbe, por exemplo, o acesso de pessoas não autorizadas ou sem

ordem judicial a informações mantidas em redes de computadores. A pauta pode incluir ainda medidas provisórias. Nesse caso, elas terão prioridade e vão obstruir a análise das demais matérias.



Ex-diretores depõem na CPI dos Correios

A CPI Mista dos Correios ouve três ex-diretores da estatal a partir das 9h. Prestam depoimento Antonio Osório, ex-diretor de Administração; Eduardo Medeiros de Moraes, de Tecnologia; e Maurício Coe-

lho Madureira, de Operações. As três diretorias são responsáveis pela gestão dos maiores contratos da empresa. Às 14h30, a CPI da Emigração Ilegal elege a Mesa diretora.

LDO em pauta

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma, às 17h30, a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. O encontro será precedido de reunião de líderes partidários em busca de acordo que permita a votação do texto.

Revisão de dívidas rurais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove reunião às 10h. Em discussão, emenda oferecida ao projeto (PLS 517/03) que permite a repactuação das dívidas originadas de crédito rural.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



HARMONIA Paulo Octávio afirma que aprovação de referendo constitui marco para cultura de paz

Paulo Octávio elogia esforço pelo referendo

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) elogiou o esforço do presidente do Senado, Renan Calheiros, em favor do projeto de decreto legislativo que confirmou para outubro o referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. Para ele, a matéria é um marco histórico para a instituição de uma cultura de paz no país.

– O eleitor decidirá se a medida, já aprovada pelo Congresso, deve continuar em vigor, o que significa levar o exercício da democracia à plenitude máxima da democracia participativa – comentou.

O senador ressaltou a relevância da consulta, para que o Estatuto do Desarmamento entre em vigor. Paulo Octávio citou dados do Ministério da Justiça segundo os quais, entre 1991 e 2002, pelo menos 265 mil pessoas morreram por arma de fogo no Brasil.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



O aprofundamento das investigações da CPI dos Correios e a atuação de outras CPIs que apuram escândalos de corrupção serão analisados hoje em reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes de partidos com representação na Casa

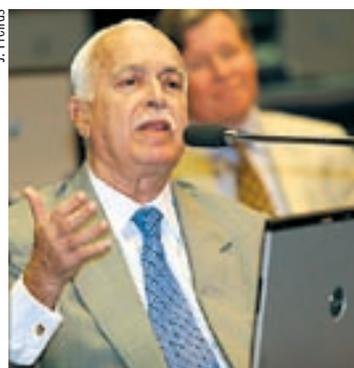
ACM critica ingerência do PT no governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em discurso feito ontem, afirmou que o problema do governo é se confundir com o Partido dos Trabalhadores. Ele criticou a deliberação do novo presidente do partido, Tarso Genro, que propôs monitorar os ministros do PT. Na opinião do senador, só haveria necessidade de monitoração se o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não comandasse seus ministros e, se esse fosse o caso, seria preciso monitorar também os novos ministros do PMDB.

Antonio Carlos disse ser favorável a que as investigações continuem sendo realizadas pelas CPIs em curso. Criticou, no entanto, a atuação do senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, que, segundo ele, não estaria dando a agilidade necessária às apurações. ACM defendeu a continuidade dos trabalhos do Senado no mês de julho.

O senador assinalou ainda haver “casos graves no PT” a serem investigados e citou o fato de o filho do presidente da República estar envolvido em uma denúncia de suborno relacionada à Telemar. Antonio Carlos disse que, “em respeito ao presidente”, se absteria de debater esse assunto antes das averiguações da Justiça.

O parlamentar ressaltou acreditar que o maior problema do PT está na gestão dos fundos de pensão, na qual estariam concentradas as ações de pessoas “que estão desfigurando a política no Brasil”.



RECESSO Senador baiano defende a continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional em julho

Renan reúne líderes para discutir rumos de CPIs

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, se reunirá hoje, às 15h, com os líderes partidários para decidir quais medidas deverão ser tomadas para que as várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs) tenham as condições necessárias para aprofundar as respectivas investigações. Nessa reunião também serão definidos os nomes que comporão a CPI do Mensalão. Renan não descartou, inclusive, a hipótese de reunir todas as CPIs em apenas uma.

– O que for preciso fazer para dar eficiência à investigação, para agilizar os resultados que a sociedade cobra, nós vamos fazer. No início, eu disse que poderia haver alguma correlação entre os fatos a serem investigados. Talvez fosse o caso de nós aguardarmos com relação à possibilidade de criar mais uma ou duas CPIs, mas a oposição não aceitou. Não sei se, regimentalmente, a essa altura, dá para reunir todas as CPIs em apenas uma. Mas, o que a maioria quiser fazer para ajudar na investigação o Congresso fará. A sociedade quer isso – afirmou.

Arthur Virgílio sugere a fusão de CPIs correlatas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), sugeriu que a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, que já está em pleno funcionamento, absorva a CPI do Mensalão, que ainda aguarda a nomeação dos seus integrantes titulares e suplentes. Para o parlamentar, ambas tratam de assuntos inter-relacionados.

– Poderia ser chamada de CPI da Corrupção – enfatizou o senador, lembrando que várias denúncias publicadas na imprensa estão sendo tratadas de maneira não muito objetiva pela CPI dos Correios. Para ele, há repetições demasiadas de perguntas. Além disso, frisou



AGILIDADE Presidente reunirá líderes às 15h para avaliar os rumos das investigações. Ele não descarta a hipótese de juntar todas as CPIs

Em relação às recentes apreensões pela Polícia Federal de malas cheias de dinheiro, envolvendo políticos do PT e do PFL, Renan lamentou e disse que tomou conhecimento do assunto pela imprensa. O presidente do Senado prefere aguardar os resultados das investigações policiais antes de comentar e analisar encaminhamentos que sejam necessários no âmbito do Congresso Nacional. Para ele, o ocorrido ajuda a pressionar a reforma política.

– Não vejo correlação deste

fato [as malas com dinheiro] com a atividade político-partidária, mas eu entendo que é fundamental que façamos a reforma política. Acho que essas denúncias ajudam para que façamos a reforma política, dêem verdade, transparência e garantam igualdade de oportunidade ao processo eleitoral. A investigação tem que ser feita com absoluta isenção, para que haja separação do joio e do trigo e que aqueles maus parlamentares sejam punidos, se necessário punidos exemplarmente – explicou.



PROPOSTA Líder quer a fusão das investigações dos Correios e do Mensalão na CPI da Corrupção

para a possibilidade de a crise política instalada no governo do PT transformar-se em potencial prejuízo para a economia do país.

– Um efeito nocivo da crise sobre a economia já foi detectado: a queda consistente das bolsas de valores – acrescentou.



SUGESTÃO Alvaro afirma que comissão dos Correios poderia investigar Furnas e fundos de pensão

Alvaro Dias quer ampliar as investigações

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu ontem que o Congresso amplie o raio de ação da CPI Mista dos Correios, para investigar também os escândalos relacionados a Furnas, fundos de pensão e uso de verbas de publicidade. Ele afirmou que essa decisão poderia ser adotada na reunião de líderes prevista para hoje.

– Diante de tantas denúncias, seria uma forma de responder à população de maneira mais convincente. Não podemos instalar uma CPI a cada acusação que surge – frisou, lembrando a prisão de um membro do PT que carregava consigo mais de R\$ 400 mil.

O senador explicou que, com a ampliação dos poderes da CPI Mista dos Correios, esta poderia ter sub-relatorias para tratar de cada um dos casos.

– Não estou propondo a incorporação da CPI dos Bingos ou da CPI do Mensalão. Essas comissões devem funcionar. Não será uma superposição de ações. Pode haver ações das comissões que se complementem – acrescentou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou a sugestão de Alvaro Dias e declarou que há “um vendaval de corrupção no país jamais visto”.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que também apoiou o discurso de Alvaro Dias, destacou que “é preciso aproveitar o atual momento para remover da vida pública aquelas pessoas que se utilizam do dinheiro público em benefício próprio”.



Comissão decide nesta semana se convocará ex-dirigentes do PT. Em Plenário, senadores comentam a detenção do deputado do PFL João Batista Ramos, que transportava malas de dinheiro. A apuração de todos os fatos foi defendida pelo procurador-geral

Ex-dirigentes dos Correios falam hoje à CPI

Os integrantes da comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção nos Correios ouvirão hoje e amanhã, a partir das 9h, depoimentos de ex-dirigentes da estatal. Na quinta-feira, às 10h, haverá reunião para votação de requerimentos de novas convocações e quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de

envolvidos nas denúncias.

Segundo o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), é possível que sejam chamados a depor na próxima semana ex-dirigentes do PT. Serão examinados requerimentos propondo a convocação do ex-tesoureiro Delúbio Soares, do ex-secretário-geral Silvio Pereira e do

ex-presidente do partido José Genoíno.

Também há a expectativa de que seja votado requerimento convocando o ex-secretário de Organização do PT no Ceará José Adalberto Vieira da Silva, preso na sexta-feira com R\$ 200 mil e US\$ 100 mil.

Os ex-diretores dos Correios que serão ouvidos hoje são

Antonio Osório Batista, de Administração; Eduardo Medeiros de Moraes, de Tecnologia; e Maurício Coelho Madureira, de Operações. Antonio Osório chegou a iniciar seu depoimento no último dia 30, mas foi interrompido para que os parlamentares pudessem ouvir o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Amanhã, os integrantes da

comissão de inquérito interrogarão dois ex-presidentes da estatal – João Henrique de Almeida Souza e Airton Langardo Dipp – e o presidente da empresa Skymaster Airlines, Luiz Otávio Gonçalves. Há denúncias de favorecimento à Skymaster, empresa de transporte de carga, em processos de licitação.

Agripino: deputado detido deveria se licenciar do PFL

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), sugeriu ao pastor e deputado João Batista Ramos da Silva (PFL-SP), detido pela Polícia Federal no aeroporto de Brasília antes de embarcar em jatinho com malas de dinheiro, que peça licença do partido até que a situação seja “totalmente esclarecida”. Segundo Agripino, o deputado não estava a serviço do PFL, mas da Igreja Universal, como afirmara pouco antes o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), também da mesma igreja.

Agripino informou que o PFL se reunirá amanhã para tratar do assunto. O senador espera que, até lá, o fato esteja “esclarecido de forma verossímil”. Ele destacou que seu partido, atuando como investigador nas CPIs abertas no Congresso, não aceita que tentem transformá-

lo em investigado. O parlamentar manifestou ainda a opinião de que o mandato do deputado “é incompatível com a viagem que João Batista faria naquele jatinho”.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que não considera justo “colocar em dúvida a honra de um partido” por causa da atuação de uma pessoa. Disse ainda que “o PT também não é merecedor da desonra pela qual vem passando” e acredita que o caminho correto seja afastar partidariamente qualquer pessoa acusada até que os fatos sejam esclarecidos. “Se ela for inocente, voltará ao partido.”

Também em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) ponderou ser necessário “explicar tudo” ao país. Já o senador Antonio Carlos Magalhães



FUNÇÃO Agripino informou que o deputado não estava a serviço do partido, mas da Igreja Universal

(PFL-BA) rechaçou qualquer tentativa de colocar seu partido no banco dos réus, por causa de um deputado detido quando entrava em um jatinho, em Brasília, em que havia malas de dinheiro. Antônio Carlos lembrou que a Igreja Universal esclareceu a origem do dinheiro e que o deputado é pastor dessa igreja. “É uma situação bem diferente da que aconteceu em São Paulo, quando um assessor do PT foi preso com dólares na cueca.”

Dinheiro era oferta de fiéis, afirma Crivella

Ao ler nota oficial da Igreja Universal do Reino de Deus, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) explicou que a origem das malas de dinheiro apreendidas pela Polícia Federal no aeroporto de Brasília, em posse do deputado João Batista Ramos da Silva (PFL-SP), são ofertas de fiéis de sua igreja. O dízimo teria sido recolhido, segundo o parlamentar, na celebração do aniversário de 28 anos da instituição, em Manaus (AM).

– É dinheiro de doação, não tem nada a ver com dinheiro transportado em cueca, não tem nada a ver com corrupção. O dinheiro foi declarado no aeroporto de Manaus – disse o senador, referindo-se à apreensão feita pela Polícia Federal, na sexta-feira, de R\$ 200 mil em uma valise e US\$ 100 mil presos



DOAÇÃO Segundo Crivella, os recursos serviriam para manter os mais de 10 mil templos no país

ao corpo do assessor José Adalberto Vieira da Silva.

Para Crivella, o deputado João Batista não transportava o dinheiro no papel de parlamentar e sim de bispo da igreja. O destino do dinheiro apreendido, acrescentou, era prover a manutenção dos mais de 10 mil templos em todo o território nacional. Ele esclareceu que não foi feito depósito bancário em virtude da grande quantidade de notas de pequeno valor.

Procurador diz que denúncias serão apuradas

Após visita de cortesia ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o novo procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, declarou ontem que o Ministério Público (MP) está acompanhando todas as investigações sobre apreensões recentes de malas de dinheiro transportadas por assessor do PT e político do PFL. Ele disse que os casos, com certeza, vão chegar ao MP, onde será decidido o grau de atuação do órgão, além da apuração dos fatos, para a identificação dos envolvidos e da possível ilicitude dos episódios.

– Qualquer denúncia será



COMPROMISSO Antonio Fernando: ao chegarem ao Ministério Público, todos os casos serão investigados

apurada. Se for da alçada do procurador-geral, ele tomará providências. Se for da alçada do MP estadual ou do federal, conforme o caso e o nível cor-

respondente de atuação, haverá de agir também. A atuação do MP, independentemente de quem está envolvido, é de investigação, de aprofundamento de fatos que são denunciados. O Ministério Público procura por seus caminhos, pelos meios processuais de que dispõe, obter informações que possam levar a um juízo concreto – assinalou.

Antonio Fernando disse que o momento é de preocupação, considerando que a sociedade fica apreensiva com a quantidade de informações. Ele afirmou que todos os dados obtidos pelo MP serão repassados ao Congresso.

Papaléo pede a eleitor que não condene todos os políticos

Ao manifestar-se sobre a conjuntura política do país, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu que as comissões parlamentares de inquérito não se deixem motivar por “achismos” e vaidades. Ele ressaltou ainda que os eleitores não devem “generalizar, colocando todos sob suspeita”.

O senador lembrou que o Legislativo é indispensável para a manutenção do Estado democrático de direito e o equilíbrio entre os três Poderes. Segundo observou, apesar de fiscalizar o governo, os parlamentares são fiscalizados pelas demais ins-



DEMOCRACIA Legislativo fiscaliza o governo e é fiscalizado pelas demais instituições e pelo povo, diz Papaléo

tuições e pelo povo. Para ele, existe a obrigação de esclarecer todos os fatos que envolvam membros do Congresso.



Heloísa comenta matéria da *Veja* que acusa Fábio Lula da Silva de ter se tornado sócio da Telemar "sem tirar um único real do bolso". Sibá apresenta suspeitas sobre as ações de dirigente do PT do Ceará, preso em São Paulo transportando mala de dinheiro

Capiberibe quer transparência nas contas públicas

Ao comentar as prisões de parlamentar e assessor de parlamentar carregando malas de dinheiro, ocorridas nos últimos dias, o senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que o governo seja mais transparente na prestação de contas à sociedade. Ele pediu a diminuição dos cargos de confiança e a realização da reforma política, para que haja um efetivo combate à corrupção e a população volte a confiar nos políticos.

– Essas malas possivelmente continham dinheiro público, recolhido por meio de impostos pagos pelos trabalhadores. O Estado deve disponibilizar as prestações de contas para a sociedade, inclusive informações sobre empenhos, para que seja possível uma fiscalização prévia – propôs o senador, se referindo às previsões de gastos, chamadas empenhos, que o governo é obrigado a fazer antes de efetuar uma despesa.

Capiberibe, que é autor de uma proposta determinando a disponibilização, em tempo real, de dados sobre a execução do orçamento federal (PLS 130/03), apontou o Ministério da Ciência e Tecnologia e o governo do Paraná como exemplos de transparência, por disponibilizarem em seus sites informações sobre gastos.

O senador também apoiou a reforma política e pediu o fim da negociação de cargos de confiança, destacando o exemplo do Ministério das Relações Exteriores, onde a ascensão se faz por mérito e o acesso apenas por concurso público.



LISURA Capiberibe defende a reforma política e pede a redução dos cargos de confiança

Heloísa quer explicações sobre o êxito empresarial de filho de Lula

■ Ela questiona o fato de que Fábio Lula da Silva, sem ter capital, seja sócio de uma grande empresa de telefonia

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que alguém precisa explicar como um filho do presidente da República entra sem um real numa empresa e, um ano depois, ele é sócio dessa empresa que tem um capital de R\$ 5 milhões. A senadora citou matéria publicada pela revista *Veja*, que, sob o título "O Negócio do Lulinha", acusa Fábio Luís Lula da Silva, de 30 anos, de haver se tornado sócio de uma gigante da telefonia (a Telemar) "sem tirar um único real do bolso".



EXEMPLO "Quero continuar dizendo aos meus filhos que não vale a pena roubar", ressalta Heloísa Helena

– Por mais que a realidade implacável diga não, eu quero continuar dizendo aos meus filhos que não vale a pena roubar. E, para dizer isso, é fundamental que os exemplos sejam dados onde haja a penalização daqueles que estão tratando o

espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais – disse.

Heloísa pediu esclarecimentos sobre as informações divulgadas pela *Veja*, de que o filho do presidente da República tenha, em apenas um ano, se tornado sócio de uma grande empresa. Para ela, a revista denuncia um caso de apropriação de recursos públicos.

– Como eu quero que meus filhos continuem entendendo que, por mais que a gente não tenha o apartamento para ver a bela praia da Ponta Verde (em Maceió), eu continuo dizendo que não vale a pena roubar. O filho do Lula também não pode roubar dinheiro público – disse.

Corrupção

A senadora afirmou que, por meio de oferta e de "generosi-

dade", copiando a metodologia de gestão de Fernando Henrique Cardoso, o atual governo resolveu partilhar a máquina pública para "promover uma guerra de gangues partidárias".

– É isso que está acontecendo, no caso específico dos Correios – opinou.

Heloísa ressaltou que não estava fazendo "uma generalização perversa" com todos os militantes e todos os quadros partidários. Quanto aos trabalhos realizados pela CPI dos Correios, ela destacou que nunca viu tantos mecanismos para obstaculizar o acesso dos membros da comissão aos documentos. Segundo ela, dois ex-diretores dos Correios vão depor hoje na CPI, mas seus integrantes não têm ainda nenhuma informação.

Para Sibá, José Adalberto pode ser agente duplo

O senador Sibá Machado (PT-AC) suspeitou que o dirigente petista no Ceará José Adalberto Vieira da Silva tenha se tornado "um agente duplo" no PT. O dirigente foi preso em São Paulo na sexta-feira com uma mala com R\$ 200 mil e outros US\$ 100 mil escondidos na cueca, quando tentava embarcar em vôo para o Ceará. Ele é assessor do líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa daquele estado, deputado José Nobre Guimarães, irmão do ex-presidente do PT, José Genoíno – que renunciou ao cargo um dia após a prisão de José Adalberto.

Sibá negou que o PT estivesse



DÚVIDA Sibá considera estranho que o dirigente do PT tenha sido preso em SP, quando disse que iria a Aracati

tentando, por meio do assessor, enviar para o exterior dinheiro que teria em sua sede.

– Será que, se tivéssemos dinheiro dentro de malas na sede

do PT, seríamos tão burros a ponto de mandar alguém pegar um avião e ir com esse dinheiro para o exterior? – questionou.

O senador disse estranhar que o dirigente tenha dito a todos que iria para a cidade cearense de Aracati, mas tenha sido preso dois dias depois em São Paulo. Também estranhou que José Adalberto tenha recusado a visita do advogado do partido, mas tenha procurado uma das bancas de advocacia mais renomadas de São Paulo.

– Todos queremos saber o que esse cidadão foi fazer em São Paulo e a mando de quem – defendeu.

Referindo-se à apreensão

feita ontem em Brasília de malas de dinheiro em posse do deputado federal João Batista Ramos da Silva (PFL-SP), Sibá afirmou ainda que seu partido não irá envolver ninguém num "campeonato de acusações" para fazer contraponto às denúncias que estão sendo feitas ao PT. Para ele, isso seria entrar em "uma onda de terror".

Em aparte, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que Sibá estava demonstrando ser uma pessoa sensata por não acolher o conselho que lhe deram de fazer o contraponto entre o que está ocorrendo com o PT e o que supostamente aconteceu com o PFL.

Alvaro propõe mecanismo de combate à corrupção

Projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que determina a aplicação do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos do Estado (Sigece) a todos os contratos firmados pela União, suas autarquias e empresas públicas, tramita na Comissão de Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Objetivo do projeto (PLS 215/05)

é facilitar o combate à corrupção, aplicar técnicas de boa governança corporativa e buscar a transparência nas contas e contratos firmados com o setor público, afirma Alvaro na justificativa do projeto.

– No que se refere à gestão do Estado, a execução dos contratos públicos é o ponto nevrálgico do sistema orçamentário e a principal

porta para malversação dos recursos do erário – ressalta o senador.

Alvaro argumenta que as inovações do pregão eletrônico e o sistema de controle de contratos, elaborado pelo Tribunal de Contas da União, constituem os primeiros passos no sentido de democratizar o acesso à informação e de avançar no controle dos gastos públicos.

Jane Araújo



QUÓRUM O governo precisará contar com pelo menos 44 parlamentares na Comissão de Orçamento para votar a LDO

Oposição pode impedir votação da LDO hoje

■ PFL e PSDB dizem que vão obstruir pleito para impedir recesso parlamentar e manter CPIs em funcionamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tentará votar hoje o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, mas o PFL anunciou que vai obstruir a reunião, exigindo que o Congresso funcione durante o recesso parlamentar, inclusive os plenários e as comissões do Senado e da Câmara. O PSDB decidiu acompanhar o PFL e, com isso, dificilmente a base governista conseguirá a presença constante de 12 senadores e 32 deputados, quórum mínimo para votação. A base tem exatos 12 senadores na CMO.

A Constituição determina

que, enquanto não for votado o projeto da LDO, o Congresso não pode começar o recesso de julho. O relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), já apresentou seu parecer e os partidos não têm ressalvas sobre seu conteúdo.

– Agora, a votação depende de uma solução dos problemas políticos – afirmou Machado. Desde a última quarta-feira, a bancada ruralista também aderiu à obstrução, argumentando que o governo não cumpriu todas as promessas feitas durante o recente “tratoço” de agricultores, em Brasília. Como existem parlamentares governistas que também compõem a bancada ruralista, a falta de acordo torna mais difícil a votação.

Ontem o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), ponderou da tribuna do Senado que vê danos

ao funcionamento do governo em razão da obstrução do PFL, argumentando também que o Ministério do Planejamento precisa da LDO para terminar o projeto do Orçamento de 2006, o qual tem de ser enviado ao Congresso até o fim de agosto. A LDO contém todas as orientações para a elaboração do próximo Orçamento.

O PFL insiste em que a votação da LDO só deveria ocorrer no dia 26 deste mês, quatro dias antes do encerramento do recesso. O partido quer ainda que seja instalada nesse período a CPI do Mensalão, ao mesmo tempo em que funcionariam outras duas – a dos Correios e a dos Bingos. O Congresso tem reunião convocada para amanhã à noite destinada, entre outros itens, a examinar a LDO, caso ela seja votada na Comissão de Orçamento.

Fernando Bezerra: "Querem fazer o governo sangrar"

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) acusou ontem a oposição de “querer fazer o governo sangrar”, ao não votar a LDO. Ele disse que é dever do Congresso votá-la e que há entendimento para isso.

– Não estamos votando sob o argumento equivocado de fazer o governo sangrar. Mas sangra também o Congresso, vítima de várias denúncias – declarou.

O apelo provocou debate entre os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Sibá Machado (PT-AC). Sibá disse não entender

por que a oposição não quer votar a LDO, já que houve entendimento entre os líderes. A deliberação garantiria inclusive o funcionamento da CPI dos Correios durante o recesso.

Para Heráclito, a sociedade não entenderia se o Congresso parasse seus trabalhos em meio à crise atual. O senador mencionou ainda que a oposição só apreciaria a LDO caso fosse garantido o funcionamento das sessões plenárias durante o mês de julho.

Já ACM afirmou que, se depender da oposição, a aprovação



DEVER Fernando Bezerra diz que é obrigação do Congresso votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias

da LDO se dará até o fim de julho. Ele acrescentou que a oposição concordaria em votá-la antes, se fosse feito acordo para garantir o funcionamento do Congresso sem pagamento de verba suplementar aos parlamentares.

Documentos eletrônicos poderão ter valor jurídico

Os documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos por meios eletrônicos poderão ter o mesmo valor jurídico e probatório que aqueles convencionais em papel ou em outro meio físico reconhecido legalmente. Esse é o objetivo do projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a autenticidade e o valor jurídico de documentos oficiais obtidos eletronicamente (PLS 229/05).

A proposta foi elaborada a partir de anteprojeto do governo anterior que não foi dado seguimento. Simon recuperou em pesquisa sobre instrumentos legais apropriados que viabilizem a utilização de documentos eletrônicos.

– Não são poucas as proposições que tramitam no Congresso Nacional com o intento de dar valor legal ao papel eletrônico. Inclusive há uma de minha autoria, o PLS 565/99,

que valida juridicamente os documentos gravados nos chamados discos ópticos, como o CD e o DVD – informou o senador.

Ao legitimar e autenticar o conteúdo e o trâmite eletrônico de documentos públicos, a proposição possibilitará, caso aprovada, que um proprietário de imóvel obtenha certidão do bem sem precisar comparecer ao cartório no qual foi feito o registro.



Célio Azevedo

REEDIÇÃO A proposta de Simon foi elaborada a partir de anteprojeto do governo anterior que não prosperou

Florianópolis sedia seminário do Interlegis

O 5º Seminário Regional Interlegis – Região Sul ocorrerá em Florianópolis, nos dias 4 e 5 de agosto. As palestras terão como tema “O papel do vereador”, “Comunicação legislativa”, “Processo legislativo” e “Responsabilidade fiscal”. Além disso, o evento contará com depoimentos de servidores de câmaras municipais onde o Interlegis está presente.

Os seminários regionais do Interlegis, que são realizados no país todos os anos, visam apresentar o programa de modernização e integração do Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal a parlamentares e servidores desse Poder.

O diretor de municípios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), João Luiz Gattringer, fará palestra sobre a Lei de Responsabilidade

Fiscal (LRF). Para ele, a LRF tem muitos aspectos importantes, dentre os quais o mais interessante para o Legislativo municipal seria o que diz respeito à fiscalização e ao controle.

O seminário enfatizará o poder que o Legislativo tem para fiscalizar os gastos do orçamento municipal. Mostrará ainda como as câmaras podem trabalhar para ajudar a manter as finanças do município em dia.

A assessora da Presidência do Senado Federal Ilana Trombka abordará dois assuntos: comunicação e cerimonial. As outras palestras serão proferidas pelo consultor da assembleia legislativa mineira Leonardo Noronha, que vai falar sobre o papel do vereador, e pelo consultor do Senado Paulo Soares, que fará exposição sobre o processo legislativo.

Programação do 5º Seminário Interlegis Região Sul

Dia 4 de agosto		
8h Credenciamento	16h15 Debate	
9h Palestra – O que é o Interlegis	16h30 Interlegis em ação	
10h Abertura oficial	Dia 5 de agosto	
11h Depoimentos – Experiência do Interlegis nos municípios	9h Palestra – Processo Legislativo	
12h Intervalo	10h Intervalo	
14h Palestra – O papel do vereador	10h30 Palestra – Responsabilidade fiscal	
15h Palestra – Comunicação legislativa	11h30 Debate	
	12h Encerramento	



ILUSÃO Administração faz trabalho de "faz-de-conta", para vender imagem positiva, afirma Mozarildo

Mozarildo: Boa Vista faz anos sem motivo para festa

Boa Vista, a capital de Roraima, completou 115 anos no último sábado, mas seus habitantes passaram a data sem motivos para comemorar. A afirmação foi feita ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), segundo quem a cidade enfrenta epidemias de dengue e malária, suas ruas estão alagadas e faltam serviços de esgotamentos sanitário e pluvial. Apesar desse quadro que considera crítico, a administração municipal, conforme ele, realiza "um trabalho de faz-de-conta", para vender a imagem de que Boa Vista está "às mil maravilhas".

– O que está acontecendo em Boa Vista merece uma intervenção estadual ou federal, o que não se faz por conveniências políticas que desprezam os verdadeiros interesses da população. Por muito menos a rede hospitalar municipal do Rio de Janeiro sofreu intervenção – argumentou.

"Cosmética"

O representante de Roraima disse ser "com dor no coração" que constatava não haver o que comemorar no aniversário de Boa Vista. Ele lembrou que a cidade, às margens do rio Branco, foi fruto de construção planejada, o que facilitaria sua administração. Mas frisou que, nos bairros populares, em vez de implantarem serviços de drenagem, creches e áreas de lazer, os dirigentes optaram pelo caminho de uma "administração cosmética."

– Espero que os ministros da Saúde e da Integração Nacional, aos quais está subordinada a Defesa Civil, tomem providências para resgatar a tranquilidade do boa-vistense – apelou Mozarildo.

Maguito defende mais investimentos na saúde

■ Para senador goiano, medida é fundamental para melhorar a qualidade de vida da população

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu que os governantes do país invistam na melhoria do setor de saúde. De acordo com o parlamentar, o atendimento na saúde pública brasileira é um dos principais problemas da atualidade. Maguito opinou que a prioridade deve ser dada para investimentos na qualidade dos serviços.

– Priorizar a saúde e investir na melhoria do atendimento é investir na vida quando ela está mais fragilizada, é melhorar a qualidade de vida das pessoas – afirmou.

Para Maguito, ao lado do combate à corrupção, à violência e ao desemprego, o



PRIORIDADE Maguito lembra que obras de saneamento básico no país também são importantes

país deve encarar a situação da saúde como um dos piores problemas sofridos pela população. O senador observou que as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal têm a obrigação constitucional de investir na melhoria e ampliação do setor. Maguito defendeu investimentos nos hospitais públicos já existentes,

"para depois avançar em novas iniciativas".

Além de melhorar a qualidade do atendimento médico brasileiro e de investimentos na prevenção de doenças, Maguito Vilela avaliou que obras de saneamento básico também devem ter prioridade. Ele salientou que aproximadamente 300 mil crianças morrem anualmente no Brasil, devido a doenças adquiridas em decorrência da falta de saneamento básico.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento e disse que o assunto é de extrema importância para o país, mas afirmou que a fome crônica é uma das principais causas de doenças. Ao final do discurso, Maguito deu as boas-vindas ao senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), empossado como suplente do senador Hélio Costa, ministro das Comunicações.



REVISÃO Suspensão de prazo para venda da Garoto, diz Camata, abre caminho para correção de injustiça

Camata elogia suspensão de medida do Cade

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) comemorou a decisão do juiz Itagiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara da Justiça Federal de Brasília, de conceder liminar suspendendo os prazos estabelecidos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que a Nestlé venda a fábrica de chocolates Garoto, classificada entre as cinco maiores unidades do setor na América do Sul.

De acordo com o parlamentar, o prazo de 150 dias definido pelo Cade para a venda da empresa – instalada na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo – começou a correr desde o dia 16 de junho, mas o juiz Itagiba Catta Preta considerou necessária sua suspensão para que possa formar juízo consistente sobre a legitimidade e a legalidade da medida.

– Tenho certeza de que este é o primeiro passo para a correção da flagrante injustiça cometida pelo Cade ao vetar a compra da Garoto pela Nestlé. O conselho demorou mais de dois anos para apreciar a compra e foi incoerente, se levarmos em conta decisões anteriores em outros casos. Além disso, praticou diversas irregularidades durante a instrução e o julgamento – afirmou o parlamentar.

Contraditório

Camata disse ainda que existem vícios de nulidade processual na apreciação de provas e recursos, bem como no exercício de direitos de defesa processual e de contraditório. Segundo o senador, o Cade teria também violado o princípio da livre iniciativa econômica, expresso no artigo 170 da Constituição, pois as restrições à concentração de empresas, indicadas no artigo 54 da Lei 8.884, podem ser compensadas com possíveis eficiências econômicas resultantes do processo de concentração.

Acesso livre para quem usa cadeira de rodas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) já está com o projeto de lei de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG) destinado a assegurar aos passageiros que se locomovam por meio de cadeiras de rodas melhores condições de acesso para embarque e desembarque em qualquer tipo de transporte coletivo, sem necessitar da ajuda de terceiros.

Na justificativa do projeto, o senador disse que resolveu apresentar o projeto (PLS 235/05) após presenciar, no aeroporto de Brasília, uma cena



DIREITOS Aelton Freitas afirma que deficiente físico é tolhido em suas prerrogativas de cidadania

que considerou lastimável: um deficiente sendo carregado no colo durante operação de

embarque em um avião estacionado longe das pontes de embarque.

– A dignidade do portador de deficiência física depende, necessariamente, do efetivo exercício de seu direito de ir e vir. Ao submeter-se à humilhação de ser carregado nos braços por alguém, por mais bem intencionada que a pessoa seja, o cadeirante é tolhido, claramente, em suas prerrogativas de cidadania – afirmou o senador.

O projeto será examinado pela CDH em decisão terminativa.

Jogo de futebol poderá interromper A Voz do Brasil

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do Senado (PLS 219/05) que permite às emissoras de rádio, a seu critério, interromper a retransmissão de *A Voz do Brasil* para transmitir jogos de futebol, quando houver superposição de horário. O projeto, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), prevê que o programa *A Voz do Brasil* seja levado ao ar logo após acabar a transmissão do jogo.

A proposta altera a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, para poder flexibilizar o horário em que o programa é transmitido pelas rádios.

Alvaro Dias argumenta, na justificativa do projeto de lei, que o futebol está na alma do povo brasileiro, tanto que, por ocasião dos campeonatos mundiais, quase ninguém marca compromisso no horário dos jogos.



Marco Maciel defende ajuda a nações da África

Senador lamenta que o continente tenha mais pobres hoje do que há 30 anos e cobra solidariedade mundial

O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse ontem, da tribuna, que o problema enfrentado pelas nações da África é uma questão central no mundo. Ele lembrou que as dificuldades que atingem aquele continente foram discutidas na reunião do G-8 (grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo, mais a Rússia) na Escócia, semana passada.

Para o parlamentar, a miséria existente na África diz respeito ao Brasil, porque teria uma dívida com aquele continente, que contribuiu na formação étnica do país, com a vinda de mais de 4 milhões de africanos.



COMPROMISSO Marco Maciel destaca a dívida do Brasil para com o continente africano

Esse contingente, destacou, teria proporcionado a grande diversidade étnica brasileira, favorecendo a integração do seu povo e o milagre de se falar uma só língua.

Marco Maciel citou Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz e arcebispo anglicano da África do Sul, que afirmou haver mais

pobres hoje na África que 30 anos atrás. O senador ressaltou que há grande quantidade de nações com populações vivendo abaixo da linha de pobreza. Existe grande déficit tecnológico na região e, ainda, imperam a subnutrição e a Aids, observou.

O senador estabeleceu correlação entre a necessidade de um processo de globalização mais justo e as decisões tomadas pelo G-8. Comentou, também, o recente atentado terrorista ocorrido em Londres.

– É preciso refletir sobre as conseqüências da ação terrorista que atinge pessoas inocentes e não pode ser vencida somente pela vertente militar. O terrorismo só será derrotado por meio de ações políticas, econômicas, culturais e até religiosas, e isso é válido para todos os países – assinalou Marco Maciel.



CONTRIBUIÇÃO Alberto Silva diz que levará projeto ao governo para restaurar estradas em 18 meses

Alberto Silva tem plano para recuperar rodovia

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou que o mau estado das estradas federais provoca desperdício anual de 4 bilhões de litros de óleo diesel – o que representaria perda de aproximadamente R\$ 6 bilhões ao ano.

O parlamentar citou o caso de caminhões cujos motoristas, a cada vez que deparam com

buracos, precisam desacelerar e, em seguida, acelerar a velocidade.

– Nesse movimento em que se pára e se acelera o veículo repetidas vezes, desperdiça-se muito óleo diesel. As transportadoras aumentaram o preço do frete em 30%, justamente para tentar compensar esse prejuízo. Mas nem isso basta, se considerarmos, por exemplo, o desgaste dos veículos, e, pior ainda, o risco para as vidas humanas – ressaltou.

Como solução para o problema, Alberto Silva anunciou que levará proposta ao governo federal, pela qual cerca de 200 empresas de engenharia participariam da reforma de estradas em todo o país. Segundo o senador, pode-se realizar isso em 18 meses.

– É possível consertar os 30 mil quilômetros de estradas federais. E essa ação geraria, de saída, cerca de 2 milhões de empregos. Isso é plausível desde que haja comando unificado, lá na Presidência da República – declarou.

CPI da Emigração escolhe novo presidente

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a emigração ilegal para os Estados Unidos e outros países se reunirá hoje, às 14h30, para a escolha de seu novo presidente. A CPI vinha sendo presidida pelo então senador Hélio Costa (PMDB-MG), que se afastou do cargo para assumir o Ministério das Comunicações.

No início de seus trabalhos, no fim de junho, a comissão aprovou a convocação de Glória Perez, autora da novela *América*, da Rede Globo, que trata da emigração ilegal, e da atriz Deborah Secco, que participa da trama, para uma audiência pública.

A comissão de inquérito aprovou igualmente um pré-

roteiro de trabalho elaborado pelo relator, deputado João Magno (PT-MG). Entre os objetivos, estão investigar delitos provocados pelos agenciadores de emigrantes, conhecidos como “coiotes”, promover o resgate dos direitos dos brasileiros no exterior e modernizar a legislação e os serviços consulares.

Wellington Salgado toma posse na vaga de Hélio Costa

Ao declarar-se emocionado e orgulhoso de poder representar o estado de Minas Gerais, Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) assumiu, no início da sessão não deliberativa de ontem, a vaga deixada pelo agora ministro das Comunicações, Hélio Costa. O novo senador fez agradecimentos ao colega mineiro e elogios ao PMDB, além de garantir apoio ao governo, citando nominalmente o presidente Lula e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Este grande partido que é o PMDB nunca se acovardou diante de nenhum momento deste país. Neste momento, apoiando o governo federal,

o partido demonstra muito mais coragem e determinação que em qualquer outro de nossa história. Acreditamos que o país tem solução – disse Wellington após prestar o juramento de posse.

Empresário na área de educação superior, Wellington Salgado de Oliveira, 1º suplente do senador Hélio Costa (PMDB-MG), nasceu no Rio de Janeiro em 1958. Casado com Viviane Gutierrez de Moraes Salgado de Oliveira, tem três filhos. Wellington Salgado é graduado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e possui especialização em Administração de Sistemas Educacionais e doutorado em



POSTURA Ao apoiar o governo, PMDB demonstra muita coragem e determinação, observa Wellington

Educação a Distância pela Universidade Nacional de Educação a Distância (Uned), em Madri, na Espanha.

Ele também foi professor de educação física no Colégio de Aplicação Dom Hélder Câmara e presidente da Associação Comercial de São Gonçalo.



AÇÃO Ao assumir a pasta das Comunicações, Hélio Costa afirmou que é momento de rediscutir a questão da tarifa básica de telefonia

Novo ministro negocia redução de tarifa básica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da posse do novo ministro das Comunicações, senador Hélio Costa (PMDB-MG), que substitui no cargo o deputado Eunício de Oliveira (PMDB-CE).

Também estiveram presentes o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB); o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que assumiu a vaga de Hélio Costa na Casa; o ministro da Previdência e senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR); e o corregedor-geral da

União, Waldir Pires, entre outras autoridades.

Após receber o cargo, Hélio Costa reiterou a sua determinação de negociar com as companhias operadoras de telefonia fixa a redução da tarifa básica de assinantes, hoje no valor de R\$ 40.

– Na época da privatização houve essa imposição das empresas para que não acabasse a tarifa básica. Isso foi uma exigência, está na lei, e chegou o momento de pelo menos rediscutir a questão”, disse o novo ministro.